

*Aula Magna ministrada em
cerimônia na Universidade da República,
por ocasião de visita de Estado à
República Oriental do Uruguai*

MONTEVIDÉU, URUGUAI, 5 DE MAIO DE 1997

*Senhor Professor Jorge Brovetto, Reitor da Universidade da República;
Senhores Professores, Ministros, Parlamentares, estudantes; Senhoras e
Senhores,*

Desejo, antes de mais nada, agradecer o convite. Há alguns minutos, conversando com o Senhor Reitor, eu lhe dizia que, apesar das atividades cotidianas de um Presidente da República, sempre que posso encontro algum tempo e tenho grande prazer em voltar à Universidade. Não é fácil, por várias razões. No entanto, cada vez que tenho a oportunidade de voltar, e ainda mais aqui no Uruguai, sinto-me muito gratificado.

E por que digo “aqui no Uruguai”? Por múltiplas razões. Há poucos instantes, quando discursava perante a Assembléia Nacional, eu assinava o que é óbvio: que, se há algo em que o Uruguai sempre se destacou em nosso continente, foi no cuidado com a educação, principalmente com a escola pública, com o ensino primário, básico. Mais do que isso: ao longo de minha vida profissional, tive ampla convivência com uruguaios. Alguns foram meus alunos, inclusive alguns que aqui se encontram, alguns que hoje em dia são Decanos nesta Universidade, alguns

que são Senadores, Ministros, outros que seguiram em seu caminho como sociólogos.

E, no amplo convívio com alunos e colegas uruguaios, sempre me chamou a atenção a qualidade de sua formação. Por uma razão simples: a educação básica. O fato de que exista uma população com um nível médio mais elevado faz com que os que se destacam estejam acima dos que se destacam em outros países. Quem teve, como eu tive, a experiência do ensino para estudantes em diversos países percebe sem dificuldades quais os países que têm um potencial maior. O Uruguai, por certo, sempre esteve entre os dois que se encontravam na dianteira em nosso continente – e o outro não era o Brasil.

A verdade é que, na convivência que mantive com sociólogos uruguaios – Aldo Solares, por exemplo, que foi meu companheiro, e não mencionarei outros que ainda estão na profissão, pois não quero esquecer de nenhum –, percebi a capacidade que teve a Universidade uruguia para formar acadêmicos. Por isso mesmo, porque tenho uma enorme preocupação com a formação em geral – educacional, desde o ensino básico até o superior –, estamos realizando um grande esforço no Brasil, no momento atual, no que se refere à escola primária.

Partindo dessa preocupação com a educação, eu lhes pediria licença, Senhor Reitor e os demais aqui presentes, para tentar fazer uma reflexão sobre a atividade política e o pensamento sobre a política, buscando ver quais são as distâncias, se as há, entre a tribuna e a sala de aula, entre a ação política e a investigação científica, entre, como diziam os clássicos, a vida ativa e a vida contemplativa.

E por que digo que gostaria de colocar o tema partindo de minha preocupação com a educação e, talvez, tomar minha própria experiência pessoal como base para alguma reflexão? Porque acredito que a formação é fundamental em qualquer experiência humana, mas principalmente na experiência universitária e na experiência, não da pequena política, mas da liderança política.

Desejaria, então, perguntar, neste momento, quais são as características, em termos de vocações – se posso falar como Weber –, quais são as diferenças, as dificuldades e as possibilidades de síntese entre a vida

política prática e a reflexão, a vida acadêmica, a reflexão sobre a política? É claro que, quando quem fala é o Presidente de um país, é difícil separar a condição de Presidente da condição de alguém que quer apenas refletir. É difícil para quem o faz, mas também é difícil para quem o escuta, porque, muitas vezes, quando fala alguém que tem uma posição institucional, as palavras ganham outro significado, que não tem a ver com o raciocínio exposto, mas com o valor simbólico de que as profere em função do cargo ocupado. No entanto, trataremos de ver se é certo que existem duas lógicas tão distintas entre os que atuam e os que pensam.

É claro que sempre se atribui ao acadêmico uma capacidade de ser neutro, de ter objetividade, uma certa pureza em sua análise, uma capacidade de não ter interesses. De certa forma, é como se se tratasse, no caso das ciências políticas ou das ciências sociais, de uma ciência da natureza, como se pudesse existir um certo distanciamento do tema, como se fosse possível, em consequência, maior objetividade.

Eu diria, então, que neste caso, se pensamos o acadêmico dessa maneira, o estatuto ético de sua profissão é a liberdade e, em consequência, uma separação quase absoluta entre fatos e valores, supondo-se que isso seja a condição necessária para a busca da verdade, ou seja, que no plano abstrato o que prevalecerá será – mais uma vez seguindo Weber – uma ética da convicção.

Em contrapartida, seria de se supor que a atividade política está necessariamente contaminada por um sentido ideológico ou por um interesse, ou pelos dois. Como resultado, o estatuto ético do político – e outra vez sigo Weber – seria o da responsabilidade, ou seja, a preocupação com as consequências.

Se posso permitir-me relatar uma breve história de uma experiência pessoal minha – e há aqui alguns que compartilharam a mesma trajetória –, eu diria que, naquele momento, nas ciências sociais, nós realizávamos um grande esforço para contrapor a busca do rigor científico à visão e ao estilo de análise que prevaleciam no Brasil, que era um estilo de ensaios e de sínteses apressadas. Nessa busca do rigor,

viam-se então uma preocupação quase obsessiva com a utilização de um método e freqüentes discussões sobre que tipos de métodos se deveriam usar.

Não há dúvida de que essa mesma experiência ocorreu também no Uruguai e em diversos países da América Latina, assim como nos Estados Unidos, onde se tentava realizar um esforço de reflexão genuína sobre a agenda política e social, sobre a realidade política e social. Buscávamos sempre um paradigma em função da influência que tiveram certos pensadores – em nosso caso, pensadores franceses, como Claude Lévi-Strauss, que nos marcou muito fortemente, embora não diretamente, com sua metodologia estrutural, que nos atraiu muito a atenção. Em outros casos, como no meu, a influência mais forte foi de outro francês, Roger Bastide, de quem fui aluno e também assistente de cátedra, e que tinha uma visão distinta da de Lévi-Strauss. Bastide buscava uma síntese entre a intuição e o conhecimento, que permitisse alguma brecha a um procedimento não totalmente rigoroso, na medida em que ele acreditava, inspirando-se em Bergson, na possibilidade de um conhecimento mais direto.

De toda forma, nós, na Universidade de São Paulo, no final dos anos 40 e nos anos 50, buscávamos fórmulas por meio das quais pudéssemos nos tornar científicos. Inclusive, como sempre recordo, vestíamos uma bata branca, como se fôssemos médicos, para distinguirmo-nos dos que não eram cientistas. Eu, jovem professor assistente, vestia-me de branco, e os professores catedráticos, também. Opúnhamo-nos muito fortemente, naquele momento, a outro estilo de aproximação às questões sociais brasileiras, representado no Rio de Janeiro pelo ISEB, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Nesse instituto, trabalhava um grupo muito influente de pessoas, entre as quais Helio Jaguaribe, que muitos dos Senhores conhecem, e Celso Furtado, embora Celso tenha tido uma participação marginal nesse grupo. A visão do ISEB tinha como objetivo algo um pouco distinto. Desde o ponto de partida, estavam mais obcecados com as doutrinas de transformação social, e tinham propostas nesse sentido. Nessas propostas, havia sempre a idéia de que o Estado seria a alavanca para o desenvolvimento. A Cepal já

tinha uma influência forte, nessa época, em toda a região, e essa influência foi muito forte no ISEB.

Nós, na Universidade de São Paulo, com muito rigor científico, olhávamos o ISEB com certo desprezo. Por quê? Porque o considerávamos como uma fábrica de ideologias, pela mesma razão que mencionei no início e que dava ao nosso ponto de vista o caráter de um certo preconceito: separávamos muito nitidamente o trabalho científico da prática. Sem qualquer dúvida, éramos todos favoráveis às mudanças sociais, também em São Paulo. Meu professor era Florestan Fernandes, que mais tarde veio a ser deputado e uma pessoa de grande influência. Florestan, mais do que qualquer outro, jamais aceitaria uma contaminação entre o interesse – que seguramente significava assumir uma posição, tomar partido, colocar-se contra outros – e a reflexão intelectual. Aceitaria, isso sim, a participação política, mas quase como se fosse algo separado da academia. Esta, a academia, deveria manter-se pura, enquanto que a ação política era algo que podia contaminá-la. A posição do outro grupo era a oposta: sugeria que a única forma verdadeira para não apenas mudar a sociedade, mas também para compreendê-la, seria a partir de uma vontade, de um valor, de um objetivo, de uma decisão que implicaria um interesse e uma visão de mundo, uma ideologia.

De certa forma, se pensássemos em termos abstratos, poderia tratar-se de determinar o grau de razão em cada uma dessas duas posições. No entanto, e me mantenho sempre na minha experiência, isso não foi vivido assim, mas como uma oposição. Isso tinha muito a ver com a opinião de que a política permeava a visão sociológica, a visão social, enquanto que nós queríamos garantir nossa capacidade “objetiva” de analisar as coisas.

Com o tempo, pudemos enxergar melhor o significado de tudo isso. Se examinássemos o tema sob outra perspectiva, caberia perguntar se não é possível conciliar o rigor com um projeto e que papel desempenham o rigor do conhecimento e o projeto político. Em vez de discutir em termos absolutos as duas atitudes, por que não aprofundar um pouco mais a análise para saber se um projeto, que traz implícito o

valor, pode ter algo a ver com o conhecimento? E, ao mesmo tempo, se o conhecimento, que traz implícito o rigor na busca de um método, tem conseqüências para a possibilidade de um projeto. Parece-me que este seria um enfoque mais satisfatório.

Eu tive a experiência da Cepal, onde foi importante a presença de Raúl Prebisch, de Celso Furtado, de Aníbal Pinto, dos economistas que tentaram pensar as formas de mudança e de desenvolvimento, como já foi mencionado pelo Senhor Reitor. Na Cepal, havia a noção de um projeto “necessário”. A idéia que se colocava, então, partia do fenômeno da deterioração dos termos de intercâmbio. Para os que não são economistas, isso significa que, na troca entre produtos primários agrícolas e produtos industrializados, os produtos primários têm a tendência permanente à perda de valor relativo, enquanto que os produtos industrializados têm uma tendência a agregar mais valor; e, por conseguinte, o intercâmbio será sempre assimétrico, gerando a perpetuidade de uma situação de subdesenvolvimento ou de desenvolvimento afetado por uma dualidade, que acarreta, ademais, formas de dependência política.

Ora, se isso é assim – e toda a análise de Prebisch, que se inspirou na análise de Hans Singer, das Nações Unidas, demonstrou, com base nos dados de que se dispunha naquele momento, que haveria essa tendência –, se isso é assim, parte-se de uma análise rigorosa e objetiva, mas essa análise implica a necessidade de um projeto, de uma mudança. Tal projeto vai delimitando áreas de atuação e, de alguma forma, produz uma passagem do pensamento puramente teórico de quem analisa para o pensamento de quem age. Isso não apenas ocorreu na Cepal, mas também, em função da influência imensa que esta teve nas décadas de 50 e 60 até o início dos 70, de certa maneira “contaminou” o conjunto das ciências sociais latino-americanas.

Todo o esforço que realizamos, em minha geração, no caso da Universidade de São Paulo – que não é o único –, foi o de tentar pensar essas questões como se tivéssemos uma oposição firme entre valores que conduzem à busca da verdade e valores que levam à responsabilidade diante do social, buscando uma situação na qual fosse

possível que o conhecimento precedesse a ação – como no exemplo, que mencionei, da Cepal.

Entretanto, há uma espécie de necessidade política que precede, por sua vez, o conhecimento, quando se entra em outro tipo de análise. Já vivemos também outras épocas – e aqui muitos as viveram – nas quais o raciocínio sobre, por exemplo, a democracia ou o autoritarismo revelou que era a necessidade política que nos empurrava para o conhecimento do fenômeno. Quando começamos a discutir questões como a da burocracia, a do autoritarismo, a do Estado burocrático autoritário e formas múltiplas dessa natureza, ainda não sabíamos quase nada sobre o fenômeno.

Lembro-me que, certa vez, eu dei uma conferência na Inglaterra e estava na moda falar de “uma estrela nova”. Então, eu disse: vejamos, estamos assistindo, na América Latina, ao nascimento de algumas “estrelas novas”, como uma burocracia, que, sobretudo no estatismo militar, desempenha um papel distinto daquele da burocracia tecnocrática weberiana, assim como aquilo que, de certa forma, dá a impressão de ser uma burguesia, mas não o é, uma burguesia que não tem a capacidade – que teve, ou ao menos se atribuiu à burguesia européia – de ter um projeto nacional e, em conseqüência, de utilizar o aparelho do Estado para generalizar seus interesses. De alguma forma, para generalizar esses interesses, era necessário um intercâmbio de valores, que ajudava a formar a nação. Aqui, havia antes uma burguesia de Estado, que substituía os projetos inexistentes dos grupos empresariais locais pelo apoio militar.

Do mesmo modo, quais seriam as conseqüências desse tipo de autoritarismo, que aqui se estava gerando, para a acumulação de capitais? Disso tratou o célebre trabalho de Guillermo O’Donnell e disso trataram as infinitas discussões que tivemos sobre essa questão. Poderia dar-lhes outros exemplos, como toda a questão – que agora parece estar na moda outra vez – do que, nos anos 70, chamávamos de “marginalidade”, em meio a discussões imensas. Por exemplo: a marginalidade será de fato, ou não, um exército de reserva, em termos marxistas? Nada disso se impôs a nós como um tema desenvolvido a partir do rigor de nosso pensamento. Ao contrário, era um tema que já havia invadido a

academia como uma questão prática. E a academia teve que responder, naturalmente de forma acadêmica. Quem queira dar-se ao trabalho – que, eu creio, não vale a pena – de ler o que eu escrevi ou o que alguns de nós escrevemos sobre esses temas abstratos da marginalização, do exército industrial de reserva, de para que serve a “desfuncionalidade” da marginalização, etc., se dará conta de que, de fato, chegamos a um plano acadêmico muito abstrato, mas que o impulso não provinha da academia, e, sim, de questões práticas.

Na Cepal, participei de um processo que teve algo a ver com isso. Se é certo que, em um primeiro momento, na Cepal, o pensamento abstrato – eu me referia a Hans Singer, que é um grande economista, e ao próprio Prebisch – foi o que iluminou um caminho, um projeto, mais tarde fomos obrigados a fazer novas reflexões a partir de problemas que se colocavam na prática e que não saíam de uma proposta rigorosamente acadêmica, e sim de uma ofensiva prática, especialmente depois daquela célebre reunião de Punta del Este, que teve como consequência a Aliança para o Progresso, com a formação do Banco Interamericano de Desenvolvimento e com a proposta de uma espécie de visão hegemônica norte-americana diante da questão da América Latina. Assim, a dimensão internacional impôs-se como um tema de reflexão, enquanto que em muitos dos aspectos que haviam sido colocados em discussão anteriormente se dava ênfase ao sentido de um desenvolvimento “nacional” (como o denominávamos na Cepal), ou seja, sem que houvesse nem mesmo uma integração, para não falar de uma integração associada aos capitais multinacionais. Isso se impôs como um tema de reflexão sem que tivesse sido consequência de uma análise mais detida a partir de algum paradigma abstrato, puramente acadêmico.

A verdade é que, na medida em que se incorporaram questões como a da mudança no modelo de desenvolvimento, a do desemprego e a daquela forma de marginalização, e na medida em que, de alguma forma, essas questões ocuparam todo o horizonte intelectual de nosso continente, reduziu-se a diferença entre a reflexão política e a ação política. Não foi por acaso que muitos dos que estiveram envolvidos nessa discussão vieram, posteriormente, a desempenhar funções políti-

cas. Com isso, não quero diminuir o problema da diferença entre reflexão e ação. O que pretendo, isso sim, é indicar que o fato de que, em minha própria trajetória pessoal, de repente eu me veja transformado em alguém que faz política, que tem a ver com a dupla questão da conceptualização dos processos e da força dos próprios processos que nos impulsionam a certas posições. Não fui eu que tomei a decisão de retirar-me da cátedra; foi o regime militar que o fez. No entanto, o fato de que eu me haja visto obrigado a tentar explicar o que ocorria, que sistema se estava organizando aí, incitou-me a posições conceituais que tiveram conseqüências políticas práticas.

Em um primeiro momento, o que ocorreu foi uma tentativa de enviar um sinal de que havia uma visão de mundo que se opunha à visão autoritária então prevalecente. Por isso, da primeira vez que saí candidato ao Senado, eu tinha quase que certeza de que não seria eleito, inclusive porque, naquele momento, a lei imposta pelos militares não permitia que uma pessoa como eu, que havia sido afastada de uma cátedra, pudesse ser aceita pelos tribunais como candidato. Foi uma decisão que se viu alterada, depois, pelo Supremo Tribunal Federal, e eu pude, então, não apenas ser candidato, mas sair com a segunda maior votação, com o resultado de que, como se diz no Brasil, fui eleito Senador suplente. Quando o titular renunciou – porque foi eleito Governador – eu fui conduzido ao Senado. Há, então, uma certa interação entre a prática política e a prática intelectual. Isso não diminui a consideração de base, ou seja, a de saber se há ou não há regras que são distintas para a prática e para a reflexão. “Que las hay, las hay”, porém não são regras que nos levem a uma imutabilidade.

Se alguém tem formação acadêmica, ainda que esteja no exercício de função política, quando pretende fazer uma reflexão vê-se obrigado, de alguma forma, a adequar-se ao *ethos* da formação acadêmica. Do mesmo modo, quando se pretende tomar uma decisão política, é preciso que haja alguma discussão sobre o *ethos* da regra política, sobre as conseqüências da decisão que se vai tomar. Essa diferença continua a existir, mas já não se coloca como uma oposição em abstrato, e sim como uma oposição que se dá em um processo no qual por vezes prevalecerá uma, por vezes

outra. Se a pessoa não tem formação acadêmica, será sempre a confusão, seus escritos serão, agora sim, uma “fábrica de ideologias”. Mas se não tem nenhuma vocação política, tampouco tirará, como acadêmico, as conseqüências sociais e até morais de sua análise.

Há, em tudo isso, o risco de resvalar de uma posição a outra e de utilizar a capacidade que se tem, por sua formação, como argumento para disfarçar uma posição político-ideológica. Também existem, ao contrário, os que em nome da pureza acadêmica terminam por utilizar os valores como tática e se colocam valores que não são realizáveis e que freiam a ação – e que muitas vezes são utilizados exatamente para isso. Dessa forma, se vê que aí também existe um ziguezague. Se o político, por sua vez, se esquece dos fins inerentes aos valores, então ele cai em algo que é mais comum e que converte a atividade política em um fim em si mesmo, que ter a ver unicamente com posições de poder, de vantagens pessoais ou de grupos. Nesse sentido, a política pode-se ver de forma técnica, que é a política com um *p* que não é maiúsculo, a política dos que utilizam as regras do jogo e do poder meramente de forma instrumental.

O que estou tentando sugerir, contudo, é que nos dois casos pode ocorrer uma utilização meramente instrumental da ética: em um caso, em nome de que a política visa a obter certas vantagens, esquecem-se as conseqüências sociais gerais, morais; no outro, quando o cientista busca garantir-se dizendo “eu não tenho por que envolver-me com isso, porque meus valores são mais fortes e minha convicção é a da justiça absoluta, da igualdade absoluta, e, por conseguinte, não quero corromper-me em uma ação que não vai tão longe como seria desejável”. Nesse caso, também há uma transformação de um valor em técnica: técnica de não-participação.

Não sei se, para esse tipo de questão, haverá alguma solução distinta de aceitar a tensão que existe, inequivocamente, entre os dois tipos de conduta. Sei, contudo, que, quando essa tensão se converte em algo formal, quando se converte em uma afirmação absoluta de um dos pólos da tensão, aí há um equívoco. Dessa forma, a desqualificação da prática política em nome da ciência é um equívoco tão grande como a

desqualificação da ciência em nome da necessidade prática de uma agenda imediata. Acredito que essa é a tensão em que vivemos todos os que, encontrando-se na ação prática, tendo capacidade de decisão, tendo poder e, por conseguinte, capacidade de influenciar os demais, de obrigar os demais a seguirem um certo rumo das coisas, sabemos ao mesmo tempo que há sempre um certo grau de incerteza e que, portanto, é preciso avaliar sempre as conseqüências.

O tema é antigo e complexo. Na discussão sobre os processos de Moscou, colocou-se a questão: até que ponto somos responsáveis pelo que outros fizeram, se nós, querendo ou não, estivemos envolvidos na rede que levaria àquelas conseqüências? Como se faz a imputação moral? Ocorre, às vezes, que vemos nossos nomes sendo julgados, não por algo que nós mesmos fizemos, mas porque, para os outros, estando nós envolvidos na situação, compartilharíamos de alguma forma a responsabilidade pelo que se fez. Seria uma questão existencial, e talvez dramática, viver de uma forma agônica essa situação. É aí que, uma vez mais, o próprio cientista resgata em sua consciência o homem, o ser humano, a capacidade de afastar-se da situação em que está para analisá-la e dizer: "Ora, eu não tinha como fazer mais, não pude, não fiz, não fui eu." Essa tensão, acredito, tem que ser vivida como uma forma de criatividade. Se essa tensão é vivida como desculpa ou como forma de acusação, ou como terror, como medo, não serve para muita coisa. É uma situação psicológica difícil. No entanto, se é vivida de modo mais criativo, como um instrumento de compreensão, de conhecimento, como algo que permite de alguma forma extrair algo de útil para a prática política e para a análise científica, creio que é uma situação que pode acrescentar algo.

Talvez o tema que eu estou apresentando tenha, em algum plano, o sentido de uma espécie de justificação de uma situação existencial. Não se podem fechar os olhos a esse tipo de risco, que de fato existe. Entretanto, acredito ser importante que exista, pelo menos, a perspectiva de que não se limite de forma estática a compreensão do duplo jogo entre a prática e a ciência. Diria ainda mais: na situação que vivemos, não apenas do ponto de vista econômico, ao qual já me referi, mas também

na perspectiva política – situação que é de mudança, de inovação –, ou bem se tem capacidade de manejar esses dois trilhos ou será difícil fazer com que as coisas caminhem de forma positiva. A própria formação das ciências sociais está relacionada a esse tema. Não falarei disso, mas de toda forma, sem que se chegue tão longe quanto o século XIX, ficando apenas nos anos 30, a grande obsessão das ciências sociais européias não era distinta disso, diante do surgimento do nazi-fascismo. Um intelectual como Karl Mannheim, em suas obras, levantava questões semelhantes a essas. Levantava-as de uma outra perspectiva, mas também se confrontava com o choque entre uma espécie de objetivismo e um voluntarismo que chegou a um certo nazismo, a uma afirmação autoritária.

Todos nós, que somos sociólogos ou cientistas sociais, fomos fortemente influenciados por essa idéia de que a sociedade contemporânea é uma sociedade de mudanças e que o intelectual tem um papel nessas mudanças, mesmo quando não se tenha a pretensão mannheimiana de que o intelectual seja a síntese de todas as possibilidades. Mannheim dizia que não haveria por que ancorar o conhecimento preferencialmente em uma classe, em uma categoria. Criticava, nesse aspecto, Marx, que afirmava que o conhecimento social estaria relacionado à situação estrutural específica da classe operária, que teria a capacidade de generalizar sua situação e de transformá-la. Mannheim dizia: “Não, não é exatamente assim.” Ele já refletia uma sociedade mais segmentada, que não era ainda tão segmentada como a nossa, a atual, mas na qual já se via que não era tão simples resolver o problema da forma como pretendia Marx. Antes dele, Weber já havia afirmado o mesmo, em outro ângulo, sobre a questão de como se pode iluminar a ação a partir de valores que são diferenciados e que são inesgotáveis, na linha da tradição da filosofia do século XVIII.

Fomos, então, preparados para essa concepção de uma sociedade que se transforma, mas talvez não nos tenhamos preparado para tantas transformações, e tão simultâneas, ou para a formação de coisas tão novas. Refiro-me, obviamente, à revolução dos meios de comunicação, à imensa segmentação das sociedades, ao fato de que a classe operária

stricto sensu se reduz, ao fato de que há os “inempregáveis”, enfim, toda essa vasta gama de fenômenos que estão ocorrendo diante de nossos olhos, ainda que muitos insistam em não vê-los ou em vê-los como olhos do século passado. Contudo, a realidade é mais forte do que as visões deformadas das mentes que estão fixadas em alguns valores e que não compreenderam as mudanças tão grandes que estão ocorrendo.

Por isso mesmo, nas sociedades que se vão formando agora, dificilmente haverá uma ação política conseqüente, isto é, responsável, se essa ação não for, ao mesmo tempo, “ilustrada”. Ousaria mesmo dizer que não será possível produzir mudanças se não se tem conhecimento. Agora ainda mais do que antes, porque a sociedade tornou-se muito mais complexa, muito mais diversificada, e as pautas de que dispúnhamos já não são suficientes para esgotar a multiplicidade do real. Acredito, portanto – e mais uma vez, isso pode ser uma justificação –, que, para o exercício da autoridade, e me refiro à autoridade legítima, talvez seja necessário mais conhecimento. Ao mesmo tempo, acredito que será cada vez menos justificável calar-se quando se tem o conhecimento, ou seja, possuindo-se o conhecimento, não indicar o que fazer ou não assumir a responsabilidade pelo que se deve fazer ou pelas omissões, pelo que não se fez.

Nesse sentido, tenho amiúde a sensação, algo incômoda, de que, quando me relaciono com os fenômenos acadêmicos contemporâneos, eu me queixo da academia. Mas de que exatamente me queixo? Queixo-me de que esteja ainda muito limitada – desculpem-me, porque eu pertenço à academia –, muito limitada por uma visão estática da relação entre a agenda prática e o pensar. Quando tentam pensar – obviamente, não me refiro a todos –, freqüentemente o pensamento é vazio ou está paralisado em categorias que já não explicam os processos atuais. Ou fazem pior: em nome da pureza acadêmica, introduzem o ideológico, e não entendem nada, e resultam inúteis para a ação. Digo isso com certa tranqüilidade no Brasil: “Por que não criam algo novo?” “Por que me criticam, às vezes atribuindo-me etiquetas que não correspondem sequer aos fatos?” “Não se dão conta de que isso é uma falha acadêmica?” Podem criticar e, inclusive, propor outra política, mas, em

primeiro lugar, é preciso ter a noção mais concreta, científica, das mudanças que se estão processando e do que é aquilo que está surgindo, que é o novo. De outra forma, não haverá forças para negar nada, porque não se pode fazer a transformação, a utopia, se não existe a capacidade de, pelo menos, conhecer certos mecanismos – não todos, por certo, mas alguns mecanismos – que apontam possibilidades e sobre estas dizer: “Esta é boa, esta é má.” Mas se a utopia se torna regressiva, se se apresenta como um valor algo que já não tem validade, que não tem mais onde enraizar-se e que se torna simplesmente uma visão deformada de um passado que já morreu, então daí não sairá nem conhecimento, nem ação política que contribua para a transformação.

Para concluir, gostaria de dizer-lhes que, apesar da posição que ocupo como Presidente da República – e espero que isso não me haja limitado na análise e que eu não esteja simplesmente me justificando –, estou tentando ver mais longe. Mas a necessidade de enxergar mais longe não é apenas minha, é de todos os que estão atuando na política ou na prática acadêmica, os quais, em conjunto, precisam ter um procedimento inovador. Devemos ter a coragem de reconhecer, inclusive academicamente, as mudanças que ocorreram.

Que fazer? O “que fazer” continuará a assediar-nos como a grande questão que faz a ponte entre o conhecimento e a prática, entre a intenção e as conseqüências. Creio que já não se possa sequer tomar Weber como paradigma, porque em Weber se encontra uma dicotomia entre a lógica da convicção e a da responsabilidade. Entendo que a situação requer uma fusão – mas fusão sem confusão – entre as duas lógicas. Acredito que será necessário ver, em cada momento, se uma dessas lógicas deverá prevalecer sobre a outra ou se, talvez, é possível alguma síntese, para que possamos, efetivamente, avançar mais.

Eu terminaria dizendo-lhes que, a meu ver, isso não significa, de forma alguma, que devemos voltar a posições que signifiquem que a política nada tem a ver com os valores ou que a política nada tem a ver com limites, mas somente com a vontade. Esse é um tema clássico, mas que devemos resolver à altura de nosso tempo, recolocando as grandes questões nessa nova óptica.

Para que não se pense que estou fazendo uma análise meramente formal, entre os novos temas eu assinalaria que é preciso dar-se conta de que, com as transformações que ocorreram nas sociedades, no modo de produzir, no modo de comunicação e no modo de mobilização, já é verdade o que antes se dizia, como retórica, sobre a “aldeia global”. As coisas ocorrem em tempo real, ou seja, as comunicações são imediatas, em tempo real. O espaço já não tem o sentido que tinha antes. E hoje é enorme a intercomunicação entre as mais distintas sociedades. O modo de produzir generalizou-se, não o modo de produção no sentido de Marx, mas o modo pelo qual se produz em termos da organização da produção, dos instrumentos de produção, da capacidade de quem produz. Generalizou-se, seja na China, na Inglaterra thatcheriana, na Espanha socialista, no Brasil ou no Uruguai. Já não há senão um modo predominante, cujos efeitos vão muito além da forma política dos regimes prevalentes, no que se refere à propriedade e no que diz respeito à distribuição do poder nessas sociedades. Isso é um fato. Desse fato não se deve – acredito – concluir que marchamos em direção à uniformização. Ao contrário. Creio que não se caminhará para a uniformização, e sim para uma valorização crescente da especificidade dos valores da cultura.

Recentemente, em São Paulo, em um seminário sobre o tema do emprego, eu explicava que não vejo por que avaliar o que ocorre no emprego no Brasil com os olhos da Europa, do Japão ou dos Estados Unidos, porque existem as instituições, existem as relações jurídicas e existem as oportunidades, que são distintas. Como consequência, o que se produz com a globalização não terá os mesmos efeitos em todos os países, porque existe a política, e a política é o valor, a política é a vontade, a política é a forma de organizar as coisas de forma distinta do que aí está – e cada um fará uma proposta diferente.

Considero que tudo isso deveria ser repensado à luz, inclusive, dos grandes valores da humanidade. Sempre que falo disso me refiro a Gorbatchov, que foi o primeiro Chefe de Estado a propor o tema da humanidade quando disse, que com a questão nuclear, com a questão do meio ambiente, já não seria possível limitar a política às nações, nem às classes, porque havia algo mais. É claro que esse algo mais não esgota

tudo nem apagará a influência das nações ou das classes ou do Estado. Mas traz, sem dúvida, uma dimensão nova.

Existe, portanto, uma enorme quantidade de temas que, acredito, merecem uma reconsideração. E essa reconsideração, para que possa ter efeitos práticos na mudança, exige também uma revisão dessa oposição demasiado estática entre a atitude do cientista e a atitude do político. Pelo menos, talvez, entre o cientista social e o político com *p* maiúsculo, que tenha valores, e valores baseados na idéia de igualdade, de justiça, de democracia. Talvez seja necessário que, cada vez mais, os dois se dêem as mãos.

Era o que desejava dizer-lhes.

Muito obrigado.